

EDITORIAL

Há mais de um ano e meio, o mundo vive perplexo uma situação inimaginável de pandemia da Covid-19. Transformações que pesam, sobretudo, nas mulheres. Nós que acumulamos um número ainda maior de funções e, por vezes, negligenciamos a nossa saúde, muitas sujeitas à violência doméstica de forma mais ostensiva e ainda obrigadas a assumir mais tarefas do que as existentes.

Sob pressão contra retrocessos, Câmara adia debate sobre a Reforma Eleitoral



PALAVRA TUCANA

"Presenciamos, hoje, a crise presidencial mais grave de nossa História política. Trata-se de um caso paradigmático de presidente eleito sem apoio majoritário e incapaz de formar uma maioria estável", afirmou o senador José Serra (PSDB-SP), em artigo sobre a Reforma Eleitoral.

"Não torço por impeachments, nem por novos desvios de dinheiro público, mesmo que nos levem a isso. Já votei por um impeachment e acompanhei outro, quando não era mais senador. O custo para a memória democrática é sempre elevado. Mas... que fazer? Se o próprio presidente não cuidar de inibir os atos capazes de favorecerem a ação do Congresso nesse sentido, ela acaba ocorrendo", disse o presidente de honra do PSDB e ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo.

"A partir desse debate nacional sobre prévias, poderemos também evoluir para um debate regional, sobre as propostas do PSDB para as regiões do país, especialmente, o Norte e Nordeste", reforçou a prefeita de Caruaru, Raquel Lyra, presidente do PSDB de Pernambuco. "Acredito muito que a partir das prévias nacionais, também vamos fortalecer internamente os estados e nos fortalecer regionalmente."



Marcus Pestana

Ao analisar os rumos econômicos do país, o economista e consultor do ITV destaca que "só um novo governo com uma agenda que combine um novo modelo de crescimento eficiente e inclusivo, comprometido com o desenvolvimento sustentável, com a reforma do Estado e com o combate às iniquidades sociais, pode nos acenar de forma duradoura com algo parecido com o "voo das águias".



Direitos das Mulheres

Tucanas têm se destacado na defesa dos direitos femininos nos municípios. À frente de Procuradorias da Mulher nas Câmaras de Vereadores, elas recebem denúncias, fiscalizam a execução de programas e campanhas educativas do Executivo, e elaboram políticas públicas promovendo o empoderamento feminino e os direitos da mulher.



Penduricalhos inconstitucionais

A Reforma Administrativa, em discussão na Câmara dos Deputados, pretende encerrar alguns abusos silenciosos, como o fato de cerca de 25 mil servidores receberem salários acima do teto definido pela Constituição. O corte destes excessos geraria economia de R\$2,6 bilhões ao ano. O teto salarial é de R\$39,2 mil. Os abusos estão em todos os níveis do Poder Público.



NÃO ao aumento de impostos!

Pouco tempo depois de o governo federal enviar a segunda etapa da Reforma Tributária que inclui uma série de mudanças no Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas, o PSDB e mais oito partidos divulgaram nota se posicionando contra a proposta e uma eventual elevação dos impostos. Segundo as legendas, a medida aumentará os impostos de famílias e empresas.

3 | 3 | 4

Sob críticas e polêmicas, Reforma Eleitoral fica para agosto

Após pressões e cobranças, as discussões sobre a Reforma Eleitoral ganharam mais tempo, por ordem do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PPAL). A estimativa é retomar o debate em agosto, após o recesso parlamentar. Várias propostas apresentadas geram controvérsias e polêmicas, como o "distritão", restrições à divulgação de pesquisas de opinião e de despesas e patrimônio dos candidatos.

Os líderes partidários pediram mais tempo para as discussões. As questões que envolvem a substituição do sistema proporcional pelo "distritão" estão entre as mais divergentes. Para que as mudanças entrem em vigor nas próximas eleições, o Senado precisa aprová-las e o presidente da República sancionar até outubro deste ano.

Especialistas advertem ainda que há ameaças à redução do número de mulheres na política, pois existe uma proposta de retirar do texto a obrigatoriedade do cumprimento mínimo de 30% de candidaturas para um dos gêneros nas eleições, instituindo em contrapartida uma cota de 15% das cadeiras do Legislativo nas três esferas — federal, estadual e municipal — para mulheres. Líderes femininas defendem aumentar a cota para as mulheres para 40%.

Paralelamente, mais de 20 entidades não governamentais,



como ITS Rio, Movimento Transparência Partidária e Pacto Pela Democracia se mobilizam contra o que chamam de 20 "retrocessos" nas propostas em discussão na Câmara. A reação se volta contra o que consideram blindagem dos partidos e candidatos à fiscalização da Justiça Eleitoral.

As organizações querem um "freio na Reforma" como o fim da iniciativa da divulgação de bens dos candidatos, abrindo brecha

para que gastos de campanha só sejam conhecidos depois da eleição, autorizando ao Congresso cassar resoluções da Justiça Eleitoral apontadas como "exorbitantes".

Risco à democracia

Nove partidos políticos divulgaram uma nota neste sábado (10/7) em defesa da democracia e do sistema eleitoral brasileiro, após o presidente Jair Bolsonaro ter dito que o Brasil pode não ter elei-

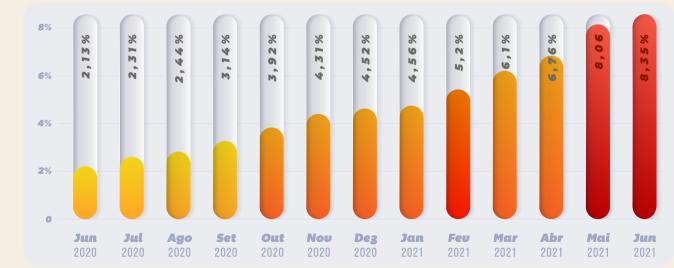
ções em 2022 se não houver voto impresso. A nota diz que os partidos têm "total confiança no sistema eleitoral brasileiro" e que as eleições "garantem a cada cidadão brasileiro o direito de escolher livremente seus representantes e gestores".

Além do presidente nacional do PSDB, Bruno Araújo, assinaram o manifesto os presidentes dos partidos Democratas, MDB, Novo, Podemos, PSL, PV, Solidariedade e Cidadania.

A inflação que pesa no bolso

IPCA - A inflação oficial acumulada em 12 meses

Taxa do mês de junho de 2021 é a maior desde setembro de 2016.



*Fonte: IBGE

A conta de luz teve o maior impacto individual no índice do mês. No acumulado em 12 meses, a alta da energia elétrica residencial é de 14,20%.

Veja a alta nos produtos e serviços pesquisados em junho:

- Energia elétrica: 1,95%;
- Carnes: 1,32%;
- Habitação: 1,10%;
- Artigos de residência: 1,09%;
- Vestuário: 1,21%;
- Saúde e cuidados pessoais: 0,51%;
- Alimentação e bebidas: 0,43%;
- Transportes: 0,41%;
- Educação: 0,05%.

Expediente

Produção e Redação: Shirley Loiola, Giselle Santos. Colaboradora: Renata Giraldi. Editoração e Design: Luís Medeiros.

Este jornal faz parte dos produtos da Plataforma Digital PSDB-Mulher 2021.

Pandemia que fragiliza e empobrece as mulheres

á mais de um ano e meio, o mundo vive perplexo uma situação inimaginável de pandemia da Covid-19, impondo novas regras de convivência e uma série de mudanças cotidianas. Transformações que pesam, sobretudo, nas mulheres. Nós que acumulamos um número ainda maior de funções e, por vezes, negligenciamos a nossa saúde, muitas sujeitas à violência doméstica de forma mais ostensiva e ainda obrigadas a assumir mais tarefas do que as existentes.

O que será feito para contornar tantas perdas? O que fazer com o tempo e os prejuízos? As propostas colocadas até o momento não respondem a essas questões nem apresentam soluções. E, o pior: não há previsão para encerrar este período e enquanto isso as mulheres seguem sobrecarregadas e empobrecendo.

O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social) realizou pesquisa em que conclui que a desigualdade cresceu durante a pandemia e a renda média do brasileiro recuou de R\$ 1.122, entre janeiro e março de 2020, para R\$ 995, no primeiro trimestre deste ano – o menor valor da série histórica e, pela primeira vez, um montante abaixo de R\$1 mil.

Com as medidas de isolamento, muitas de nós perderam seus postos de trabalho e outras tiveram a renda reduzida. Segundo a Organização das Nações Unidas Mulheres, 54% das mulheres na América

Latina retiram sua renda de atividades não formais, estando sujeitas às ameaças de perdas de renda neste período de pandemia

As consequências dos abalos da economia na vida feminina não acabam aí. A ONU Mulheres mostra que 70% das profissionais da área de saúde, por exemplo, estão mais sobrecarregadas com tarefas domésticas e cuidados com outros membros da família. São médicas, enfermeiras, psicólogas, fisioterapeutas, nutricionistas e técnicas que tiveram de abrir mão da vida pessoal em nome da coletividade.

Segundo pesquisa, realizada por Gênero e Número e Sempreviva Organização Feminista, pelo menos 50% das mulheres brasileiras passaram a realizar atividades de cuidado de uma criança ou de um idoso na pandemia. Lembrando que elas tiveram de acumular as atividades que já mantinham aliadas às novas atribuídas pelas circunstâncias.

Como se não bastasse, houve ainda o fechamento das escolas e dos serviços obrigando a maioria das mulheres a alinhar as necessidades aos cuidados com a casa e a família. Para agravar a situação, os números mostram o aumento da violência doméstica e de insegurança no emprego, gerando redução dos salários, uma vez que empresas optaram pela diminuição da carga horária e consequente queda salarial e mais a suspensão temporária das atividades.

Pinga-Fogo 6



Viva as Mães Atletas

Após intensa pressão, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Tóquio permitirá que atletas levem seus filhos e os amamentem durante as competições no Japão. Pelas normas, as esportistas vão se hospedar em hotéis oficiais e conseguirão que as crianças sejam aceitas nos estabelecimentos. As Olimpíadas reúnem 46 modalidades com início no próximo dia 23 e finalização em 8 de agosto.

Mulher lidera Constituinte chilena

A Assembleia Constituinte do Chile, órgão responsável pela elaboração da nova Carta Magna em substituição à herdada da ditadura militar, será comandada por uma líder mulher indígena mapuche Elisa Loncón, 58 anos. Ela recebeu 96 votos entre os 155 deputados constituintes, superando três outros parlamentares que estavam na disputa.

Gestantes, lactantes e puérperas imunizadas

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2112/21 do Senado que inclui gestantes, lactantes e aquelas que deram à luz recentemente (puérperas) no quadro de grupos prioritários da campanha de vacinação contra a Covid-19. O texto segue para sanção presidencial.

Sommeliers do mal

Os chamados "sommeliers" de vacina, pessoas que escolhem qual imunizante irão tomar, estão sendo duramente criticados por especialistas e autoridades públicas. Este tipo de comportamento, segundo os sanitaristas, atrapalha a campanha de vacinação. Há municípios em que os prefeitos resolveram punir os "sommeliers" deixando-os por último na fila da vacinação.

Reforma Tributária

A Executiva Nacional do PSDB em conjunto com as bancadas do Senado e da Câmara irá se reunir para deliberar a respeito da proposta de Reforma Tributária apresentada pelo governo federal, que segundo as primeiras análises, aumenta a carga de impostos no Brasil, pune a classe média, prejudica pequenas empresas e profissionais liberais, afasta investimentos e favorece a sonegação. Em nota, a legenda esclareceu que o relator da proposta, apesar de ainda formalmente filiado ao PSDB, encontra-se de saída do partido com processo em análise no TSE.

Voo de águia ou de galinha?

*Por Marcus Pestana

erta vez um grande líder político comentando a crise da socialdemocracia alemã no início do século XX e o papel de Rosa Luxemburgo comentou: "As águias podem momentaneamente voar abaixo das galinhas, as galinhas, porém, jamais alcançarão a altura do voo das águias".

O crescimento econômico é essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Isto depende de muitas variáveis: recursos naturais, mão de obra qualificada, capacidade empresarial, integração com as cadeias produtivas globais,

ambiente inovador, estabilidade institucio**nal.** A política econômica pode muito, mas não pode tudo. O Estado, a partir dos anos de 1930, assumiu grande protagonismo no Brasil e no mundo. E seu papel se expressa através da política econômica combinando ferramentas fiscais, monetárias e cambiais.

O Brasil teve a partir dos anos 30 o maior crescimento entre todos os países do mundo. Até a crise de 1979. A partir daí mergulhamos na "armadilha do baixo crescimento", o já tristemente famoso "voo de galinha".

A política econômica persegue três objetivos essenciais: i. crescimento econômico, tentando potencializar a criação de riqueza; ii. a estabilidade macroeconômica, com inflação sob controle e o equilíbrio cambial e nas contas externas; e, iii. a redistribuição de renda, para que haja justiça social. O Brasil enfrentou crises permanentes inflacionárias e de Balanço de Pagamentos e recessões contínuas, inibindo o crescimento.

De 2011 a 2020, tivemos mais uma "década perdida" com as recessões do Governo Dilma e agora, da pandemia. A renda por habitante teve um crescimento negativo de 0,6% por ano em média, ou seja, empobrecemos. A concentração de renda piorou no primeiro ano da pandemia.



A inflação, domada pelo Plano Real, se assanhou em 2021. No front externo, o câmbio flutuante tem assegurado estabilidade. A taxa de juros que alcançou seus menores patamares, voltou a subir. O PIB brasileiro teve uma queda de 4,1% em 2020, pior resultado da série histórica. A situação fiscal do setor público é dramática e um grande entrave ao crescimento, aliviada, em 2020 e 2021, pelo endividamento do orçamento de guerra e as transferências de renda ocorridas, e pelos efeitos recentes do novo boom das comodities e pelo impacto da inflação.

O Brasil precisa urgentemente de um governo que garanta reformas profundas no quadro fiscal, na competitividade da economia, no estímulo ao desenvolvimento tecnológico, no sistema tributário e de um ambiente de confiança e credibilidade no país para estimular investimentos. Só um novo governo com uma agenda que combine um novo modelo de crescimento eficiente e inclusivo, comprometido com o desenvolvimento sustentável, com a reforma do Estado e com o combate às iniquidades sociais, pode nos acenar de forma duradoura com algo parecido com o "voo das águias".

> *Economista e consultor do ITV, foi deputado federal pelo PSDB-MG

Nos municípios, tucanas trabalham pelos direitos femininos à frente de Procuradorias da Mulher

m um Brasil patriarcal ainda marcado pelos altos índices de discriminação de gênero e violência contra a mulher, tucanas têm se destacado na defesa dos direitos femininos nos municípios. À frente de Procuradorias da Mulher nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, **elas recebem** denúncias, fiscalizam a execução de programas e campanhas educativas do Executivo, e elaboram políticas públicas promovendo o empoderamento feminino e os direitos da mulher.

Em Itapeva (SP), a **vereadora Débora Marcondes (PSDB)** foi a responsável pela recém-criada Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal, além de escolhida para o cargo de procuradora.

"É um caminho longo, mas gratificante por poder ajudar as mulheres, lutar por políticas públicas efetivas, fazer com que as leis sejam cumpridas, ajudando no empoderamento, combatendo a discriminação e a violência, e fortalecendo a rede de proteção. Apenas juntas podemos mudar a realidade", destacou a tucana.

Já no Sul do país, em Balneário Camboriú (SC), a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara está sob o comando da **vereadora Juliana Pavan (PSDB),** única mulher eleita no município nas eleições de 2020. Ao assumir o cargo, ela ressaltou que o seu papel, enquanto mulher e vereadora, é o de ser um elo entre a Procuradoria e toda a rede de assistência à mulher da cidade, oferecendo a elas não apenas auxílio, mas promovendo a sua autonomia.

"Vamos colocar em prática todo um conjunto de ações estratégicas para diminuir a dependência não só financeira da mulher nas suas relações pessoais e profissionais, mas, acima de tudo, diminuir os cárceres privados em que muitas mulheres estão por pura falta de oportunidade e acesso aos seus direitos", afirmou a parlamentar.

A Procuradoria da Mulher também é realidade na Câmara Municipal de Macapá (AP) graças à atuação de mais uma tucana, a então vereadora **Bruna Guimarães** (PSDB), responsável pelo projeto que levou à criação do órgão no ano passado. Já em âmbito fede-



ral, a Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados é a parlamentar **Tereza Nelma (PSDB-AL),** eleita em abril deste ano.

Interessada em criar uma Procuradoria da Mulher no Legislativo local? Acesse o portal da **Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados** para saber mais.

Penduricalhos que custam R\$ 2,6 bi aos cofres públicos



A Reforma Administrativa, em discussão na Câmara dos Deputados, pretende encerrar alguns abusos silenciosos, como o fato de cerca de 25 mil servidores receberem salários acima do teto definido pela Constituição. O corte destes excessos geraria economia de R\$2,6 bilhões ao ano. O teto salarial é de R\$39,2 mil.

Porém, os chamados "penduricalhos", provocados pelo pagamento de auxílios, como horas extras, adicionais noturnos e verbas indenizatórias que, somados, extrapolam o valor mensal definido pelo teto.

Estudos indicam que entre os servidores que recebem acima

do teto, a média adicional de rendimento mensal alcança R\$8,5 mil. Os dados são baseados em informações de 2019 da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Por estes estudos, a distribuição de servidores está em todos os níveis – federal, estadual e municipal. No entanto, foram identificados 54% em nível estadual, 40,2% na União e 5,8% em municípios. As análises de dados foram conduzidas pelo Centro de Liderança Pública (CLP), organização suprapartidária envolvida nos principais debates públicos.

PSDB e mais 8 legendas se manifestam contra reforma do IR

A segunda etapa da Reforma Tributária, enviada pelo governo ao Congresso Nacional, inclui uma série de mudanças no Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas. Mas as medidas precisam ser aprovadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Porém, o PSDB e mais oito partidos divulgaram um manifesto contra a proposta de reforma do Imposto de Renda en-

viada pelo Ministério da Economia. Para os líderes partidários, a proposta é uma "anti-reforma" que tem por objetivo "engordar os cofres públicos", além de penalizar famílias e empresas com o aumento de impostos.

Acompanham o PSDB na avaliação os comandos dos partidos Cidadania, Democratas, MDB, Novo, Podemos, PV, PSL e Solidariedade. Os líderes pretendem atuar em conjunto para avançar. O Congresso Nacional entrará em recesso parlamentar de 17 de julho a 1º de agosto. O assunto deverá ser retomado apenas no próximo mês.



Mais de 100 associações empresariais e entidades também criticaram pontos da proposta e argumentaram que o projeto desestimula a atração do investimento produtivo, prejudica a geração de empregos e dificulta o crescimento econômico.

Pela proposta, a tabela do Imposto muda o limite de isenção para pessoa física que passará de R\$1.903,98 para R\$2.500. O governo estima que 50% dos atuais declarantes não pagarão mais imposto de renda. Atualmente há 10,7 milhões de isentos, de um total de 31 milhões.

PSDB-Mulher entrega Carta-Compromisso para candidatos às prévias e dirigentes partidários

O **Secretariado Nacional da Mulher/PSDB** entregou aos postulantes às Prévias que definirão o candidato da sigla à Presidência da República, além de dirigentes partidários, uma **Carta-Compromisso pautada no Planejamento Estratégico do PS-DB-Mulher Nacional para 2021 e 2022.** Entre os pontos de destaque estão o estímulo à participação de mulheres na política e o apoio à paridade de gênero nos quadros internos do partido.

O documento propõe ações concretas para fortalecer não apenas o PSDB-Mulher, mas ampliar a representação feminina na política e nos espaços de poder. **Um dos itens chave é o estímulo à implementação da paridade de gênero nos quadros internos do PSDB em todas as instâncias, em consonância com a Agenda 50/50. Leia a carta na íntegra, a seguir:**

Prezado candidato às Prévias Partidárias,

O Secretariado Nacional da Mulher/PSDB foi criado em 1998, sendo institucionalizado em 15 de maio de 1999, durante a 5ª Convenção Nacional da legenda, conforme consta em Ata da Comissão Executiva Nacional. No ano 2000, o PSDB-Mulher Nacional foi constituído com a aprovação do nosso Regimento Interno. Neste ano de 2021 completamos, portanto, 22 anos de uma profícua jornada. A partir de sua criação percorremos o país nos organizando em todos os estados, e temos como meta completar nossa rede em todos os municípios onde nosso partido está organizado.

As mulheres tucanas conquistaram o direito a voz e voto nas Comissões Executivas Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais, previsto nos Artigos 73, 90 e 108 do Estatuto do PSDB. Em 2000, além da aprovação do Regimento Interno do PSDB-Mulher - registrada no Diretório Nacional, foi elaborada a primeira versão da Cartilha do Curso de Formação Política para Mulheres tucanas.

Mesmo as **mulheres** representando **52,35% do eleitorado brasileiro,** a participação das mulheres na política é numericamente irrisória, e essa maioria não se traduz em representação no resultado das eleições. Nas eleições municipais de 2020, as candidaturas de mulheres foram de apenas 33,6% das candidaturas para as Câmaras de Vereadores e Prefeituras dos 5.570 municípios brasileiros, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo havido um pequeno aumento de mulheres candidatas nessas eleições - 31,9% em 2016 e 31,5% em 2012, resultado de uma ação interna insuficiente dentro dos próprios partidos políticos.

O PSDB-Mulher tem realizado um esforço permanente para combater essa vergonhosa sub-representatividade feminina, oferecendo capacitação e formação política para as mulheres, que tem sido inclusiva e qualitativamente transformadora. Em 2020, elegemos 55 prefeitas, entre elas, a única prefeita de capital, Cinthia Ribeiro. Elegemos também 64 vice-prefeitas e 719 vereadoras. Pouco ainda diante do futuro, onde a paridade de gênero será o padrão.

Seguindo a estratégia partidária, crescemos em população governada por mulheres tucanas. Subimos para mais de 3, 4 milhões, quase o dobro do resultado anterior, confirmando o acerto da estratégia do partido que guiou as eleições 2020, resultando no avanço no número de mulheres eleitas para governar centros urbanos com mais de 200 mil habitantes. Desconsiderando as capitais, cinco ficaram sob o comando de uma tucana.

Em um país caracterizado por uma das maiores desigualdades do mundo e pela violência, onde as mulheres são silenciadas pela cultura e pela própria violência política, ocupar mais espaços de poder é vital para que políticas públicas possam ser propostas e executadas por mulheres na política, pois onde isso ocorre registra-se um grau de desenvolvimento humano e social para todos.

Diante da relevância desse cenário desejado para a definição de políticas públicas de inclusão das mulheres, entendemos que é imprescindível o engajamento de todos os nossos dirigentes partidários. No ano de 2021 esse engajamento ganha a oportunidade de se apresentar na campanha tanto dos pré-candidatos que concorrerão às prévias partidárias - que darão voz e voto aos filiados nessa escolha do candidato à Presidência da República pelo PSDB, previstas para o dia 17 de outubro - quanto das pré-candidaturas às eleições gerais de 2022.

Para isso, o Secretariado Nacional da Mulher/PSDB-Mulher apresenta esta Carta-Compromisso, pautada no Planejamento Estratégico do PSDB-Mulher Nacional 2021/2022, e vem solicitar que o (a) prezado (a) companheiro (a) candidato (a) nessas prévias analise e se manifeste, com sua adesão, aos compromissos abaixo listados.

Colocando-nos à sua disposição para o que for considerado necessário,

Cordialmente,

Yeda Crusius

Presidente do Secretariado Nacional da Mulher/PSDB

Carta-compromisso 2021

Considerando que:

- o Brasil está imerso em uma profunda crise, de natureza ampla pois é política, econômica, social e ambiental. Agravada pela pandemia da Covid-19, essa crise traz um concreto perigo aos que, como nós, buscamos como ativistas políticas dar continuidade aos avanços históricos conquistados pelo PSDB nos padrões de Desenvolvimento Sustentável, com a redução da violência e das desigualdades;
- são preocupantes os sinais de ameaça à democracia e, com eles, propostas de um verdadeiro desmonte das políticas públicas para as mulheres. Para mudar esta realidade, precisamos iniciar as transformações, começando dentro do próprio PSDB, construindo o caminho da efetiva participação das mulheres na política dentro da agenda + Mulheres na Política. Conquistando essa meta, que virá se somar às demais conquistadas pelo nosso partido, desde o Plano Real, o Bolsa Escola, e tantos mais que o PSDB criou, seguirá o país no virtuoso caminho do pleno desenvolvimento de sua gente;
- é preciso definirmos ações concretas para seguirmos nesse rumo que historicamente temos construído;

- o Secretariado Nacional da Mulher/PSDB vem propor os compromissos que seguem:
- I. Fortalecer o PSDB-Mulher na busca pela ampliação da participação das mulheres na Política e nos espaços de Poder.
- a) Estimular e engajar candidaturas de lideranças e simpatizantes do PSDB-Mulher.
- b) Estimular a participação das filiadas, lideranças e simpatizantes em Conselhos, Sindicatos e Movimentos Sociais.
- c) Valorizar as mulheres com potencial, que foram candidatas em 2020 e não foram eleitas.
- d) Estimular as militantes a se engajarem no apoio a candidaturas femininas.
- e) Incentivar a candidatura de mulheres à presidência e direção dos Diretórios do PSDB nos municípios, estados e nacional.
- f) Interiorizar a criação do PSDB-Mulher, expandindo assim a sua atuação, com no mínimo 30% de secretariado da Mulher/PSDB nos municípios.
- g) Implementar a paridade de gênero na composição das Executivas dos diretórios das cidades de pequeno porte.
- II. Promover concretamente a autonomia para as mulheres gerenciarem os recursos legais referentes aos 30% do financiamento eleitoral destinados às candidaturas femininas nas eleições de 2022;

III. Promover concretamente a autonomia para as presidentes dos Secretariados da Mulher em todas as esferas (nacional, estadual, municipal) gerirem os recursos referentes aos 5% do Fundo Partidário destinados a formação política das mulheres;

IV. Estimular o compromisso do PSDB, em todas as instâncias, de implementar a paridade de gênero nos quadros internos conforme Agenda 50/50.

V. Realizar parcerias entre o Secretariado Nacional da Mulher/PSDB com os Diretórios Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais para estimular a formação de mulheres em tecnologias digitais e para a aquisição de material de informática para os diretórios em cidades onde as mulheres não tenham acesso a dispositivos eletrônicos que facilitem a capacitação.

Estes compromissos são o fundamento e a garantia para a defesa e o fortalecimento da democracia, da igualdade e da autonomia que caracterizam uma sociedade mais justa e desenvolvida.